



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

TAMIRES MARIA DA SILVA

**ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

TAMIRES MARIA DA SILVA

**ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de licenciada em Educação Física.

Orientador: Ms. Jorge Luiz de Brito
Gomes

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2017

Catálogo na Fonte
Sistema de Bibliotecas da UFPE. Biblioteca Setorial do CAV.
Bibliotecária Fernanda Bernardo Ferreira, CRB15/797

S586a Silva, Tamires Maria da.
Análise da legislação sobre a educação física na educação infantil / Tamires
Maria da Silva. - Vitória de Santo Antão, 2017.
37 folhas.

Orientador: Jorge Luiz de Brito Gomes.
TCC (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal de
Pernambuco, CAV, 2017.
Inclui referências.

1. Legislação. 2. Educação Infantil. 3. Educação Física Escolar. I. Gomes,
Jorge Luiz de Brito (Orientador). II. Título.

796.071 CDD (23.ed.)

BIBCAV/UFPE-096/2017

TAMIRES MARIA DA SILVA

**ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de licenciada em Educação Física.

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Ms. Jorge Luiz de Brito Gomes (Orientador)
Universidade de Pernambuco

Prof^o. Dr. Haroldo Moraes de Figueiredo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Magadã Marinho Rocha de Lira (Examinador Externo)
Instituto Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a minha professora da 2ª série. Maria do Carmo Cipriano Alves.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao nosso grande Deus por ser Amor em meio ao egoísmo humano e sempre nos mostrar caminhos de luz. A meus familiares pelo apoio mesmo quando eu duvidava da existência dele. Agradeço em especial a Jorge Brito meu orientador porque ele sabe como se tornou peça fundamental para minha conclusão. Aos meus demais professores que durante esses quatro anos nos ensinou, mostrou e nos fez compreender o quão somos importantes para uma transformação no campo educacional, dando ênfase a Marco Fidalgo, Edilson Laurentino e Renato Saldanha. A Eudja Carla por ter se tornado a amiga mais parceira, mesmo com todas as nossas diferenças. Agradeço ainda aos meus belos amigos que me apoiaram nessa jornada e as bibliotecárias pela disponibilidade e paciência.

“Eu penso na educação ao contrário. Não começo com os saberes, começo com a criança. Não julgo as crianças em função dos saberes, julgo os saberes em função das crianças” (ALVES, 2004)

RESUMO

A educação brasileira é regida por leis e diretrizes que garantem o acesso ao conhecimento para os cidadãos. De acordo com a LDB 9.394/96, Art. 4 § 1º, a Educação Básica corresponde a um ensino obrigatório e gratuito dos 04 aos 17 anos. A EI, que é a primeira etapa da Educação Básica, acolhe alunos de 0-5 anos e a EFE na EI, de acordo com a LDB (nº 9.394/96, art.26 § 3º), é componente curricular obrigatório. Mas, quando aludimos a EF no Brasil, seu processo histórico está atrelado aos paradigmas da Aptidão Física e da Esportivização. Mas para a EI, o cenário ainda é mais precário. Nas escolas públicas, em geral, não há professores formados em EF para as aulas na EI. Devido a isso, buscamos analisar a base legal da EFE na EI. Para a elaboração desta pesquisa, foi realizado um levantamento e aprofundamento do tema abordado utilizando a legislação vigente do Brasil. Ao realizar a busca e analisar alguns dos documentos educacionais legais da educação brasileira, foi selecionada a LDB, BNCC, RCNEI e outros. Além de fontes secundárias como artigos, monografia e tese. Notamos, a escassez de produções, principalmente as que trabalham com abordagens críticas. A legislação da EF na EI não está acompanhando as transformações educacionais. Os alunos ainda são compreendidos como meros reprodutores de movimentos. Na prática, sendo tratados por profissionais formados em outras áreas, os conteúdos não são devidamente trabalhados e a EF perde sua especificidade. Mas, há possibilidades de alteração desse quadro.

Palavras-chave: Legislação. Educação Infantil. Educação Física Escolar.

ABSTRACT

Brazilian education is governed by laws and guidelines that guarantee access to knowledge for citizens. According to LDB 9.394 / 96, Art. 4 § 1, Basic Education corresponds to compulsory and free education from the ages of 4 to 17. The EI, which is the first stage of Basic Education, welcomes 0-5 year old students and the EFE in the EI, according to the LDB (n ° 9.394 / 96, art.26 § 3), is a compulsory curricular component. But when we refer to EF in Brazil, its historical process is linked to the paradigms of Physical Fitness and Sportsmanship. But for the EI, the scenario is even more precarious. In public schools, in general, there are no EF-trained teachers for EI classes. Because of this, we seek to analyze EFE's legal basis in EI. For the elaboration of this research, a survey and deepening of the subject was carried out using the current Brazilian legislation. When searching and analyzing some of the legal educational documents of Brazilian education, the LDB, BNCC, RCNEI and others were selected. In addition to secondary sources such as articles, monograph and thesis. We note, the scarcity of productions, especially those working with critical approaches. EF legislation in the EI is not following the educational transformations. Students are still understood as mere reproducers of movements. In practice, being treated by professionals trained in other areas, the contents are not properly worked and the EF loses its specificity. But there are possibilities of changing that picture.

Keywords: Legislation. Child education. Physical School Education.

LISTA DE ABREVIACOES

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criana e do Adolescente
EI	Educação Infantil
EF	Educação Física
EFE	Educação Física Escolar
EFI	Educação Física Infantil
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
OTM	Orientações Teórico-Methodolgicas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 Conceção de Criança e Infância.....	16
2.2 RCNEI	18
2.3 BNCC	21
2.3.1 <i>A Educação Infantil</i>	22
2.3.2 <i>A Educação Física</i>	26
3 OBJETIVOS.....	30
4 METODOLOGIA.....	31
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
6 CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira é regida por leis e diretrizes que garantem o acesso ao conhecimento para os cidadãos, por meio das modalidades, níveis e etapas de escolarização que, são compostos de especificidades que devem ser trabalhadas para que haja o desempenho desejável do estudante.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96, Art. 4 § 1º) a Educação Básica corresponde a um ensino obrigatório e gratuito dos 04 aos 17 anos. Isso, em três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, onde serão ofertadas aos escolares, as mais variadas possibilidades de aprendizagem por meio das disciplinas obrigatórias da educação brasileira, tendo por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

A Educação Infantil (EI), que corresponde à primeira etapa da Educação Básica, acolhe alunos de 0-5 anos em creches e pré-escolas que, segundo a LDB Art. 26 (1996), tem por finalidade seu desenvolvimento integral e, o ensino da Educação Física na Educação Infantil está garantido pela LDB N° 9.394/96, Art. 26 § 3º, “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica”.

Mas, quando aludimos a Educação Física no Brasil, seu processo histórico está atrelado aos paradigmas da Aptidão Física e da Esportivização, sendo assim, se assume um currículo tradicional e tecnicista que nos revela a falta de diálogo entre as disciplinas.

A perspectiva da Educação Física escolar, que tem como objeto de estudo o desenvolvimento da aptidão física do homem, tem contribuído historicamente para a defesa dos interesses da classe no poder, mantendo a estrutura da sociedade capitalista. (...) Nessa linha de raciocínio pode-se constatar que o objetivo é desenvolver a aptidão física. O conhecimento que se pretende que o aluno apreenda é o exercício de atividades corporais que lhe permitam atingir o máximo rendimento de sua capacidade física (SOARES, *et al.*, 1992. p. 37).

Quando nos referimos à Educação Física Escolar (EFE), nos deparamos com um cenário onde os Esportes assumem as aulas do calendário letivo e quase sempre as modalidades estão atreladas enfaticamente aos aspectos biológicos. Desconsiderando seus aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos

Apóia-se nos fundamentos sociológicos, filosóficos, antropológicos, psicológicos e, enfaticamente, nos biológicos para educar o homem forte, ágil, apto, empreendedor, que disputa uma situação social privilegiada na sociedade competitiva de livre concorrência: a capitalista. Procura, através da educação, adaptar o homem à sociedade, alienando-o da sua condição de sujeito histórico, capaz de interferir na transformação da mesma (SOARES, *et al.*, 1992. p. 37).

Em se tratando da Educação Infantil que é o enfoque dessa pesquisa, é importante ressaltar que ao longo dos séculos se buscou compreender a finalidade da criança e qual poderia ser sua contribuição perante a sociedade sabendo-se que por muito tempo elas “eram consideradas adultos imperfeitos” (CALDEIRA, [200?]), e atualmente podemos compreender a criança como

Um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente (BRASIL, 1998. p. 21).

Mas, as instituições de ensino, quando nos referimos a Educação Física, estão vinculadas a um paradigma desenvolvimentista, possibilitam aos alunos somente vivências de movimentos e jogos sem contextualizá-los ou refletir sobre eles. Em contrapartida a esta tendência, temos as Orientações Teóricas Metodológicas (OTM's) da Educação Física as quais propõem para o 1º Ciclo da Educação Básica (creche ao 3º ano do fundamental) atividades direcionadas para a organização da identidade dos dados da realidade, ou seja, estes alunos devem, dentre outros,

conhecer e identificar os conteúdos da cultura corporal do homem, contextualizando-os e relacionando-os ao seu cotidiano.

Na verdade, o cenário ainda é mais precário. Nas escolas públicas, em geral, não há professores formados em Educação Física para as aulas no ensino infantil. Muitas vezes, as atividades são realizadas por profissionais formados em outras áreas, sendo assim, a Educação Física perde sua especificidade e seus reais objetivos. “A Educação Física é reconhecidamente uma dessas áreas em que urge unir-se à educação infantil, principalmente quando os currículos dos cursos de pedagogia não oferecem tal disciplina para os(as) profissionais que egressam este curso” (CAVALARO; MULLER; 2009).

Notamos também a escassez de produção científica quando nos referimos a Educação Física na Educação Infantil

(...) Ainda tem muito por se fazer, especialmente uma maior socialização e ampliação das pesquisas neste campo. E que é necessário se ter uma concepção de infância que possa resultar em abordagens que superem o reducionismo pedagógico e o tratamento da criança como um vir a ser (CARVALHO, 2009. p. 19).

Essa escassez ocorre principalmente no trato dos conteúdos da Cultura Corporal por meio de abordagens críticas. Todavia sabemos que o processo de aprendizagem não acontece sozinho, o aluno precisa da interação com o meio e com o outro e posteriormente da mediação para que haja a internalização (VIOTTO FILHO; PONCE; ALMEIDA, 2009). Isso, em todas as disciplinas, pois deve ser ofertado ao aluno as possibilidades de estímulo para que o mesmo possa identificar, analisar e compreender sua realidade para avançar.

Então, partimos da seguinte problemática: Quais os obstáculos teórico-metodológicos promovidos pela legislação da Educação Física Escolar na Educação Infantil? E acreditamos que a Educação Física Escolar na Educação Infantil reproduz um modelo ultrapassado de educação, onde os aparatos motores são exclusivos.

Entretanto, há possibilidade de superação deste cenário. Então, este trabalho justifica-se pela necessidade de ampliar algumas discussões para fortalecer o

conhecimento a respeito da relação entre a Educação Física Escolar e a Educação Infantil, e principalmente, entendimento acerca dos obstáculos causados por uma legislação atrasada. Esta pesquisa pode ser pioneira no sentido de refletir sobre a base legal e lançar proposições quanto ao trato com o conhecimento da área para o ensino infantil.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Concepção de Criança e Infância

Nas primeiras civilizações, a criança era considerada por todos como um indivíduo inútil, pois não se compreendia qual o papel da mesma enquanto sujeito atuante. Estas, mal adquiriam condições motoras que possibilitassem um bom convívio em sociedade e eram inseridas em meio aos adultos, sendo assim, iniciavam a prática de jogos e do trabalho da comunidade. Segundo Àries (1981), de criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem. Em sociedade e em família, ser criança consistia numa passagem tão breve que não tinha significado.

No fim do século XVII, a criança deixou de ser vista como um mini adulto e surgiram as primeiras instituições educacionais/escolas que substituíram a forma de aprendizagem baseada na inserção das crianças em meio aos adultos desde alguns meses de vida e “Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização” (ÁRIES 1981).

Do século XVII aos dias atuais, houve grandes mudanças quando nos referimos a criança. No Estatuto da criança e do adolescente-ECA (1990), a condição de criança está atrelada a todo indivíduo com até doze anos incompletos que goza de todos os direitos fundamentais pertencentes à pessoa humana. Detentor de deveres e compreendido como sujeito em desenvolvimento.

Em linhas gerais, como nos afirma o referencial curricular nacional para a educação infantil

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca (BRASIL, 1998. p. 21).

E complementa que:

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar sem ambiente (BRASIL, 1998, p. 21).

Também está exposta uma definição de criança Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), que segue uma linha de pensamento semelhante ao RCNEI, ao afirmar que a criança trata-se de um

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010. p. 12).

Ao tratarmos da criança, automaticamente nos referimos a infância e, como sabemos, esta corresponde a uma das fases do desenvolvimento humano, que é compreendida segundo Papalia, Olds e Feldman (2006, p. 52) por “primeira infância, segunda infância, terceira infância, adolescência, idade adulta inicial, meia idade e terceira idade”. Nesta pesquisa, trataremos exclusivamente da primeira e segunda infância, pois estas correspondem a demanda desse trabalho.

Para Ferreira e Freitas (2011), a infância é compreendida como uma fase rica e privilegiada de aprendizagem. Portanto, cresce a necessidade de entendimento acerca da questão, com o intuito de superar o ensino reducionista, principalmente no que se refere ao movimento das crianças pequenas. Os modelos pré-determinados e repetições mecânicas limitam as possibilidades para que as crianças se expressem e dificultam a iniciativa, não permitindo que as crianças façam associações de ideias na compreensão de conteúdos ligados ao corpo e ao movimento.

2.2 RCNEI

Houve um crescimento de Educação Infantil no Brasil e no mundo ocasionado por diversos fatores, entre eles está a maior participação da mulher no mercado de trabalho e a urbanização, aumentando assim, o número de instituições que proporcionem experiências para atender as crianças de 0 a 6 anos. O atendimento dessas crianças em creches e pré-escolas passou a ser um dever do estado por meio do movimento da sociedade civil e dos órgãos governamentais.

Quando nos referimos ao atendimento dessas crianças em creches e pré-escolas, é importante salientar que surgiram como uma forma de auxiliar na sobrevivência das crianças de famílias de baixa renda. Hoje, as propostas educacionais para a EI vão muito além disso, pois a criança é compreendida como um sujeito social e histórico, portanto, tem algo a oferecer no desenvolvimento da nossa sociedade.

Assim sendo, entendemos que para o educar, cuidar, brincar, aprender em situações orientadas através da interação, da diversidade e individualidade, aprendizagem significativa e conhecimentos prévios, resolução de problemas, proximidade com as práticas sociais reais e educar crianças com necessidades especiais, hoje se faz necessária a atuação de profissionais devidamente qualificados, pois o trabalho com crianças de 0 a 6 anos exige atuação polivalente.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) é formado por referências e orientações pedagógicas com objetivo de contribuir com a implementação ou implantação de práticas educativas de qualidade a fim de promover as condições necessárias para o exercício da cidadania. Tem como função contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas subsidiando o trabalho educativo dos funcionários. Considerando ainda as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças.

Para a organização desse documento/RCNEI, foram realizados diagnósticos das propostas pedagógicas e dos currículos de EI de estados e municípios

Essa análise aponta para o fato de que a maioria das propostas concebe a criança como um ser social, psicológico e histórico, tem no construtivismo

sua maior referência teórica, aponta o universo cultural da criança como ponto de partida para o trabalho e defende uma educação democrática e transformadora da realidade, que objetiva a formação de cidadãos críticos. Ao mesmo tempo, constata-se um grande desencontro entre os fundamentos teóricos adotados e as orientações metodológicas. Não são explicitadas as formas que possibilitam a articulação entre o universo cultural das crianças, o desenvolvimento infantil e as áreas do conhecimento (BRASIL, 1998. p. 43).

A partir disso o RCNEI tem por objetivo tornar possível uma articulação, relacionando objetivos gerais e específicos, conteúdos e orientações didáticas para a operacionalização do processo educativo. Nessa perspectiva, tem-se uma organização por idade: Criança de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos e, se concretiza no âmbito da experiência Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo que são formados pelos eixos: Identidade e autonomia, Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática.

A Formação Pessoal e Social está ligada a construção do sujeito. As experiências oferecidas envolverão o desenvolvimento de capacidades de natureza global e afetiva, esquemas simbólicos de interação com o meio e com os outros e a relação consigo mesmo. As crianças aprenderão a conviver, ser e estar. Esse processo de socialização fará com que as crianças desenvolvam a identidade e a autonomia

A identidade é um conceito do qual faz parte a idéia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modos de agir e de pensar e da história pessoal. Sua construção é gradativa e se dá por meio de interações sociais estabelecidas pela criança, nas quais ela, alternadamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida, muitas vezes utilizando-se da oposição (BRASIL, 1998. p. 13).

A autonomia, definida como a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro, é, nessa faixa etária, mais do que um

objetivo a ser alcançado com as crianças, um princípio das ações educativas. Conceber uma educação em direção à autonomia significa considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para construir conhecimentos, e, dentro de suas possibilidades, interferir no meio em que vivem. Exercitando o autogoverno em questões situadas no plano das ações concretas, poderão gradualmente fazê-lo no plano das idéias e dos valores (BRASIL, 1998. p. 14).

Para que haja o desenvolvimento dessas crianças, é necessário que o mediador e as demais pessoas que envolvem a criança estabeleçam vínculos. Alguns dos recursos para a interação são as imitações, o faz de conta, a oposição, a linguagem e a imagem corporal. Sendo assim, o brincar tornar-se-á atividade permanente e sempre adequando-se a faixa etária da criança. Identidade e Autonomia surgirão de acordo com o tempo de cada indivíduo, mas algumas atividades como as supra citadas, podem contribuir positivamente nesse processo.

O Conhecimento de Mundo está intimamente ligado a construção de linguagens e relações com os objetos de conhecimento, realçando a relação criança e cultura

A cultura é aqui entendida de uma forma ampla e plural, como o conjunto de códigos e produções simbólicas, científicas e sociais da humanidade construído ao longo das histórias dos diversos grupos, englobando múltiplos aspectos e em constante processo de reelaboração e ressignificação (BRASIL, 1998. p. 46).

Para uma compreensão visual da lógica do RCNEI, ele se encontra estruturado com seus três volumes de acordo com o exposto abaixo:

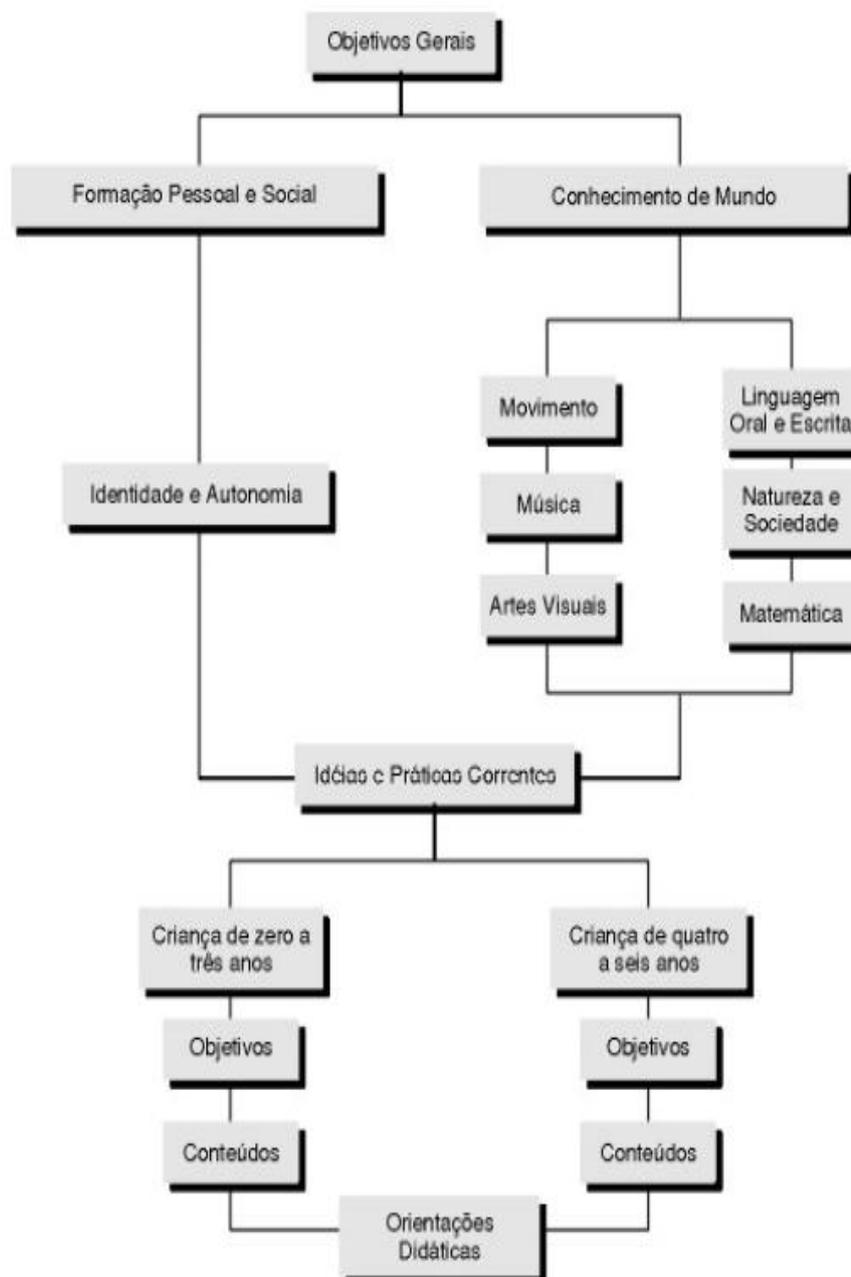


Figura 1. Fluxograma da estruturação do RCNEI - Fonte: Brasil, 1998.

2.3 BNCC

Além do RCNEI, outro documento que trata da EI é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é o resultado de vários debates com representantes do campo educacional e a sociedade, a fim de apresentar direitos e objetivos de

aprendizagem e desenvolvimento. A BNCC é uma exigência posta no artigo 26 da LDB

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996)

A finalidade da base é orientar/auxiliar na formulação e implementação das propostas curriculares e projetos pedagógicos da escola. Por meio do exposto, notamos o quão essa exigência é fundamental. A garantia de um ensino comum a nível nacional possibilita, por exemplo, que um aluno mude de estado e acompanhe os conteúdos sem lhe causar percas quanto ao processo contínuo de aprendizagem.

2.3.1 A Educação Infantil

A Educação Infantil, desde a constituição de 1988 é compreendida como um dever do estado e direito de todas as crianças. Em 1996 foi inclusa nos sistemas de ensino como primeira etapa da Educação Básica (LDB nº 9394/96). Seguindo orientações desta lei, foram elaboradas as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) em 1999, que foram revisadas pela Resolução CNE/CEB nº 05/2009.

Com a alteração da LDB em 2013, o desafio para a BNCC é a inserção da Educação Infantil apresentando direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para essa etapa. Vale ressaltar que as atuais DCNEI já definiram algumas concepções como criança, infância e instituições. A área da Educação Infantil nas últimas décadas vem consolidando uma nova concepção sobre como educar e cuidar, assegurando a educação em sua integralidade e entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo e buscando romper tarefas de controle e guarda além das práticas descontextualizadas.

As atuais DCNEI compreendem a criança como um sujeito histórico e de direitos que ao assumirem o brincar, imaginar, observar, experimentar e outros, constroem e apropriam-se de conhecimentos. Desde bebês, o homem tem o desejo de aprender e um ambiente acolhedor e de confiança, com contato a diversas linguagens, movimento, exploração de espaços e materiais os leva a observar, levantar hipóteses, testar e registrar suas primeiras “teorias”. Todo esse processo contribui para a cidadania.

A Educação Infantil cumpre seu papel ao proporcionar diferentes experiências de interações, possibilitando diversas formas de agrupamento. Ela é ofertada em tempo parcial ou integral, sendo creche de 0-3 anos com matrícula optativa e pré-escola 4-5 anos com obrigatoriedade de matrícula (Emenda Constitucional nº 59/2009) e não se utiliza de procedimentos avaliativos para promoção ou retenção.

Família, comunidade e poder público devem caminhar juntos para que se assegure o direito das crianças. Nas instituições, sejam elas urbanas ou rurais, as crianças efetivam a apropriação e a construção de conhecimento por meio da participação e, dois aspectos precisam ser reconhecidos. O primeiro diz respeito a relação da criança com o mundo desde bebês e o segundo ao reconhecimento das práticas vividas nas instituições educacionais e impactos para identidade pessoal e social. Dessa forma, o trabalho pedagógico deve incluir uma visão plural de mundo e de um olhar que respeite as diferenças existentes.

Na Educação Infantil, a Base procura consolidar as conquistas das Diretrizes com foco nos direitos fundamentais de aprendizagem e desenvolvimento para que haja equidade e garantia do direito a cidadania para as crianças. A BNCC propõe cinco aspectos para organização curricular: Princípios da Educação Infantil (éticos, políticos e estéticos), cuidar e educar, interações e brincadeiras, seleção de práticas, saberes e conhecimentos e centralidade das crianças.

O currículo é produzido na articulação dos saberes e experiências das crianças com o conhecimento já sistematizado pela humanidade. Para as DCNEI, brincadeira e interação são eixos que orientam a prática pedagógica e assim, as crianças podem elaborar contínua e permanente aprendizagem. O currículo pode ser organizado a partir dos conteúdos da experiência da criança e continuar em direção ao conteúdo dos programas definidos pelas escolas. Para tal, os professores devem se comprometer a observar e interagir com as crianças e seus modos de expressar e elaborar saberes.

A participação da EI na elaboração da BNCC significa estabelecer relações de continuidade entre as etapas da educação, além de uma oportunidade para o fortalecimento das concepções curriculares. A BNCC trás como inédita a proposta de um instrumento de gestão pedagógica para os sistemas, escolas, professores e as famílias.

Quando nos referimos aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, são seis os que devem ser garantidos na EI Conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Estes têm que ser propostos e organizados a fim de que as crianças deem significado e se apropriem do que lhes é apresentado.

Há diversas experiências as quais as crianças podem participar nas instituições de Educação Infantil que são promovidas pelo convívio entre elas e organizadas por elas e pelos adultos. A BNCC por meio dos “Campos de Experiência” estrutura-se reorganizando e ampliando em cada um deles os objetivos indicados no artigo 9º das DCNEI.

Os cinco campos de experiência que se organiza a BNCC são: **O eu, o outro e o nós**, onde a criança constitui seu modo próprio de agir, sentir e pensar por meio da interação com outras crianças e adultos. **Corpo, gestos e movimentos**, conhecer e reconhecer o corpo por meio de sensações, funções, possibilidades e limites. **Escuta, fala, pensamento e imaginação**, interagindo diretamente com o outro, a criança adentra e se identifica como pertencente a um grupo social.

Traços, sons, formas e imagens, relacionam-se com as diferentes manifestações culturais, artísticas e científicas a nível local e universal. **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações**, a partir das oportunidades de vivências as crianças aprendem a observar, medir, quantificar, comparar, ter noção do espaço que seu próprio corpo ocupa e criar explicações. Os campos de experiências foram selecionados como modo de organização curricular, e cada campo oferece oportunidades de interação.

Pelo fato de que no Brasil nunca houve uma base nacional para creches e pré-escolas, a BNCC apresenta particularidades por serem encontradas especificidades e diferenças nos sujeitos da EI. A primeira refere-se a diferenças das crianças quando nos referimos a dinamicidades, considerando a aprendizagem a BNCC considera três subgrupos etários: Bebês (0-1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 6 anos e 2 meses). Mas ressalta que as faixas etárias não podem ser tão rígidas.

A segunda diz respeito aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que não os circunscreve a um único campo disciplinar. Portanto, é bem claro que há variadas formas de se pensar e propor um contexto que atenda aos objetivos propostos.

Os cinco campos de experiências citados anteriormente, cada um com suas especificidades, utilizam-se dos direitos da aprendizagem (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se), a fim de suprir a demanda dos três subgrupos etários (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas), levando a eles objetivos de aprendizagens correspondentes à fase de desenvolvimento.

Como exemplo, no campo de experiência Corpo, gestos e movimentos, os bebês (0-1 ano e 6 meses), irão exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos, ampliando suas estratégias comunicativas. As crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), serão capazes de explorar gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nas diversas brincadeiras corporais e de faz de conta.

Já as crianças pequenas (4 anos a 6 anos e 2 meses), farão uso de movimentos cada vez mais precisos ao interagir com colegas e adultos em brincadeiras e atividades da cultura corporal. É importante ressaltar que aqui, apenas um exemplo está sendo exposto.

Assim como na aprendizagem dos demais saberes, a linguagem escrita na EI deve partir do que as crianças já conhecem. Para que isso ocorra, a BNCC propõe dentre outros, sons da língua, letras, leitura de imagens, interpretação de histórias e participação na produção de textos escritos.

A garantia da continuidade dos processos de aprendizagem das crianças, criando estratégias para os diferentes momentos de transição, é fundamental de acordo com o artigo 10 da DCNEI (transição casa escola, Educação Infantil para Ensino Fundamental). Para as transições que vão além de uma articulação entre um momento e outros, têm que ser vistas como linhas de continuidade.

Para isso, existem alguns aspectos que contribuem para esse processo. Podemos citar a organização curricular das etapas, os princípios éticos, políticos e estéticos das Diretrizes para a Educação Básica ao guiar a definição dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento em todas as etapas e o planejamento de situações de transição, como visitas a outras escolas.

Para que haja condições necessárias ao trabalho pedagógico, é destinada ao sistema educacional a garantia das condições necessárias ao trabalho pedagógico: Organização de espaços, acesso a materiais diversificados e a gestão do tempo. E é fundamental a formação dos professores para a efetividade do que se propõe como base comum. As instituições de EI devem pensar formas de acompanhamento e de avaliação do trabalho com as crianças. Essas condições necessárias ao trabalho pedagógico só serão possíveis se houver incentivo para a formação inicial e continuidade de qualidade.

2.3.2 A Educação Física

A Educação Física (EF) brasileira vem passando por muitas transformações ao longo dos anos, tendo como finalidade adaptar-se aos propósitos republicanos que regem a educação básica: Possibilitar as novas gerações a preservação e a reconstrução crítica da herança cultural acumulada pela humanidade, sob a forma de conhecimento sistematizado.

A Educação Física é responsável por tratar das práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social. Nas aulas, essas práticas devem ser abordadas como um fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório, garantindo construção e reconstrução de conhecimentos. No entanto, as afirmações supra citadas tratam-se de algo “novo”. Por muito tempo a EF foi entendida como uma atividade sem intenção pedagógica, muitas vezes pensada/realizada e sendo reduzida a prática de movimentos corporais.

Nos primeiros anos de escolarização era entendida como recreação, nos anos intermediários voltava-se para aptidão física e desportiva, já no segundo grau, os alunos eram dispensados da prática. Em 1980, o Movimento Renovador da Educação Física vê a necessidade de novos rumos para a Educação Física brasileira por meio das teorias críticas da educação, tanto que no ano de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9.394/96) vem fortalecer a EF com uma mudança bastante significativa.

Dois anos mais tarde, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apontam a disciplina (EF) com objeto de estudo a Cultura Corporal de Movimento. Outro

avanço dos parâmetros foi a explicitação das três dimensões do conteúdo (atitudinal, procedimental e conceitual), e com base nos PCN os estados elaborados suas propostas adequando-as a sua realidade.

Hoje, a Educação Física Escolar tematiza as práticas corporais, entendendo-as como um conjunto de práticas sociais centradas no movimento humano. A partir disso, destacam-se três elementos fundamentais comuns a todas as práticas corporais: a) Apresentam como elemento essencial o movimento corporal; b) possuem uma organização interna (de maior ou menor grau) pautada por uma lógica específica; c) são produtos culturais vinculados com o lazer/entretenimento e/ou o cuidado com o corpo e a saúde.

É interessante destacar que cada vivência é única e para que seja significativa, é preciso problematizar, desnaturalizar e evidenciar a multiplicidade de sentidos e significados. Ao compreender a EF desta maneira, permite-se ao docente no trato com o conhecimento, articular a disciplina a área de linguagens. Entretanto, a materialização dessa proposta para a organização curricular nas escolas, exige um enfrentamento e a superação de desafios, como por exemplo, as legitimações ética-política, curricular, interdisciplinares e didáticas.

Ademais, a EF oferece muitas possibilidades para o enriquecimento de experiências estéticas e de saúde, sociais, psicológicas/-emotivas, antropológicas e entre outras que fazem parte do conjunto de direitos dos estudantes do nosso país.

Neste documento, os conhecimentos da Educação Física estão centrados nas práticas corporais. Aqui, estão organizadas nas manifestações da Cultura Corporal de Movimento. **Brincadeiras e jogos, danças, esportes, ginástica** (demonstração, condicionamento físico e conscientização corporal), **lutas e práticas corporais de aventura**.

Essa categorização trata-se de um entendimento possível sobre denominações das manifestações culturais tematizadas na EFE e não se pretende torná-las universal. Vale ressaltar que se parte também da compreensão de que o caráter lúdico está presente em todas as práticas corporais, afirmando assim, que no componente essas práticas afastam-se de uma perspectiva utilitarista. Mas é importante salientar que o lúdico proporciona aprendizagem.

A EF neste documento entende esse universo a partir das interfaces específicas como campo do lazer e da saúde. A BNCC enfatiza ainda a necessidade (mesmo não apresentando como proposta de prática para a EF) e a pertinência dos

estudantes para terem a oportunidade de experimentar práticas corporais no meio líquido para segurança pessoal e potencial de fruição durante o lazer.

Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento aqui apresentados, foram elaborados para que se favorecesse uma tematização mais detalhada de cada prática corporal. Dividindo-se em cinco ciclos, encontramos dois nos anos iniciais do ensino fundamental (1º, 2º e 3º anos; 4º e 5º anos), dois ciclos nos anos finais do ensino fundamental (6º e 7º anos e 8º e 9º anos) e um ciclo no ensino médio (1º, 2º e 3º anos). Na distribuição abaixo, podemos observar uma representação elaborada dos objetivos de aprendizagem de acordo com a prática corporal nos ciclos.

ETAPAS	ENSINO FUNDAMENTAL				ENSINO MÉDIO
	ANOS INICIAIS		ANOS FINAIS		
SEGMENTOS	ANOS INICIAIS		ANOS FINAIS		1º 2º E 3º ANOS
CICLOS	1º 2º E 3º ANOS	4º E 5º ANOS	6º E 7º ANOS	8º E 9º ANOS	
BRINCADEIRAS E JOGOS					
DANÇAS					
ESPORTES					
GINÁSTICAS					
LUTAS					
PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA					

Figura 2. Distribuição dos conteúdos. Fonte: Brasil, 2016.

A distribuição apresentada acima, nos revela como a BNCC propõe a efetivação dessas práticas, no entanto, devemos compreender que essas outras práticas podem ser trabalhadas, mas sempre se levando em consideração o sujeito, ou seja, adequar o conteúdo a realidade do aluno, além de trabalhá-lo em seus aspectos sociais, culturais, econômicos e outros.

Nas dimensões do conhecimento temos: **Experimentação; uso e apropriação, reflexão sobre a ação, construção de valores, análise,**

compreensão, fruição (apropriação de um conjunto de conhecimentos que permite desfrutar da realização de uma determinada corporal e/ou apreciar essa e outras tantas quando realizadas por outros) e **protagonismo comunitário** (atitudes/ações e conhecimentos necessários para os estudantes participarem de forma confiante e autoral de decisões e ações orientadas a democratizar o acesso das pessoas as práticas corporais, tomando como referência valores favoráveis a convivência social). É muito importante lembrar que não há hierarquia nem ordem para o desenvolvimento dessas dimensões e que cada dimensão seja trabalhada integrada com as outras, considerando a natureza vivencial, experimental e subjetiva.

3 OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar a base legal da Educação Física Escolar na Educação Infantil.

Objetivos Específicos:

Analisar o distanciamento entre a proposta do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e as necessidades educacionais do século XXI.

Analisar as aproximações para uma proposta inovadora de Educação/Educação Física.

Analisar a literatura científica atual sobre o tema.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa é objetivamente de nível exploratório, problematicamente analítica e seus procedimentos a caracterizam como um tipo de pesquisa documental. De acordo com Gil (2008), esta pesquisa analisa e interpreta um material já elaborado e consolidado. “ A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI; LAKATOS, 2002. p. 62).

Para a elaboração desta pesquisa, foi realizado um levantamento e aprofundamento do tema abordado por apenas um pesquisador no período de fevereiro a maio de 2017. Foi utilizada a legislação vigente, mais especificamente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – Educação Física, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e as Orientações teóricas metodológicas – ensino fundamental: EDUCAÇÃO FÍSICA, pois é sabido que a OTM nos apresenta ciclos, e o 1º ciclo propõe a organização da identidade dos dados da realidade voltado para turmas de creches até 3º anos do ensino fundamental, portanto, incluindo a EI.

A análise documental foi realizada de forma descritiva crítica apresentando as aproximações e distanciamentos dos documentos e exemplificando com a própria experiência no estágio e regências neste ciclo de ensino básico. Como análise adicional, nesta pesquisa, utilizamos artigos, monografias, livros e teses, a fim de nos situar melhor no contexto e na realidade da Educação Física na Educação Infantil. Esses arquivos foram coletados nas bases de dados LILACS e SCIELO.

O critério para a inclusão foi estar relacionado a Educação Infantil, Educação Física, Educação Física Infantil, ensino crítico e/ou crítica as leis educacionais vigentes no Brasil. Foram descartados artigos e livros que tratavam apenas dos aspectos motores das crianças e os que compreendiam a Educação Infantil extremamente como ludicidade. Foram utilizadas as seguintes combinações das palavras chave (com o operador lógico AND) nas bases de dados: “Educação

Infantil” AND “Educação Física”, “Educação Física” AND “Ensino Crítico” e “Ensino Crítico” AND “Educação Infantil”.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar a busca e analisar alguns dos documentos educacionais legais da educação brasileira, selecionamos a LDB, BNCC, RCNEI e OTM, cada um com suas subsequentes justificativas para a escolha. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), por se tratar de um documento de suma importância para a educação no Brasil, pois legaliza o ensino e o organiza, indicando várias ações que devem ser realizadas na escola, em se tratando de cada nível de ensino e o que se torna obrigatório para esses. A BNCC, pois define direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para uma organização do ensino a nível nacional.

O RCNEI, que é um documento unicamente voltado para o ensino infantil que abarca as creches, entidades equivalentes e pré – escolas, que integra a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto. Atendendo às determinações da LDB (9.394/96) que estabelece a educação infantil como primeira etapa da educação básica e, o RCNEI é criado com o objetivo de auxiliar na realização do trabalho educativo com as crianças diariamente.

Enquanto que, as Orientações Teórico-Methodológicas – ensino fundamental: Educação Física – OTM (2010) do estado de Pernambuco, nos encaminha para a Educação Física e nos revela o que, como e o porque devemos aplicá-las coerentemente para cada fase e, por tratar-se de um documento que tem por base o livro Metodologia do Ensino de Educação Física de Soares, *et al* (1992), pois assim como nosso estudo, essa OTM é embasada por uma abordagem crítica de ensino.

Apesar da escolha por esses documentos que são essenciais para consolidação da Educação – Educação Física – Educação Infantil, foi possível notar que existem lacunas quanto ao trato dessa área na primeira fase da educação básica, principalmente no RCNEI, pois o trato com a criança é baseado no desenvolvimento da brincadeira, deixando de lado o ensino da Educação Física com seus conteúdos e questões muito pertinentes como a melhor compreensão do mundo em que elas estão inseridas. Sendo assim, para que a nossa educação alcance os avanços e as inquietações sociais desse século, é necessário o engajamento dos poderes. Mas não somente o engajamento, é extremamente necessária a ação coletiva.

Quando nos referimos as aproximações, vimos que elas são mínimas. O documento que mais se aproxima de uma proposta crítica para a educação são as

OTMs. No geral, a legislação da Educação Física na Educação Infantil não está acompanhando as transformações educacionais. Os alunos ainda são compreendidos como meros reprodutores de movimentos. Na prática, sendo tratados por profissionais formados em outras áreas, os conteúdos não são devidamente trabalhados e a Educação Física perde ainda mais sua especificidade.

No quadro 1 estão presentes os nomes dos autores, objetivos, metodologia e conclusões de dois artigos e uma monografia que foram selecionados. Os três se adequam aos propósitos para realização deste trabalho, pois todos desenvolvem pesquisa na Educação Infantil dando ênfase a Educação Física trazendo suas inquietações e possibilidades.

Quadro 1- Artigos e monografia selecionado do SCIELO

Autor/Ano	Objetivo	Metodologia	Conclusão
CARVALHO (2009)	Estudar o conhecimento a cerca da presença da Educação Física na Educação Infantil	Estudo teórico em que se pretende investigar o que se tem pensado a respeito da Educação Física na Educação Infantil	Se percebe que um movimento importante tem sido realizado com relação à infância, bem como a Educação Infantil e a inserção da Educação Física nessa fase da educação
CAVALARO e MULLER (2009)	Verificar a possibilidade de inserção do professor(a) de Educação Física na Educação Infantil	Qualitativa bibliográfica e documental, realizada a partir de categorias que ressaltam a importância desse profissional	Torna-se cada vez mais evidente e necessária a articulação entre Educação Física e Educação Infantil
FERREIRA e FREITAS (2011)	Apresentar uma análise que contribua para a reflexão crítica acerca da importância de um trabalho conjunto entre diferentes profissionais	Pesquisa bibliográfica abrangendo artigos da área nos últimos anos em que constam relatos de experiências da E.F. na E.I. numa visão crítica	As iniciativas das universidades em forma de projeto abrem a possibilidade de fazer avançar a compreensão do trabalho que o professor de Educação Física é capaz de desenvolver um conjunto com os demais professores

Ao analisar as fontes complementares, percebemos que há inquietações à respeito da EF na EI e que já é perceptível um movimento para a inserção do

professor de EF na EI, buscando as possibilidades de inserção desse profissional na primeira etapa da educação e o quanto está se evidenciando a necessidade de articulação desta fase com a área de conhecimento.

As Universidades, ao realizarem projetos que possibilitam a compreensão do trabalho do professor de Educação Física com os demais professores numa visão crítica, abrem espaço de possibilidades para o reconhecimento do belo trabalho que deve ser iniciado. Apesar dos pouquíssimos trabalhos encontrados na literatura que tratam além de aparatos motores, estes apresentam dados muito importantes e se enquadram com a proposta da pesquisa.

Esses artigos encontrados na revisão de literatura, surgem como fator relevante para o cumprimento da legislação que tem a EFE como componente obrigatório e para a iniciação da proposta de conscientização do sujeito quanto aos seus direitos de aprendizagem e compreensão da sociedade em que vive a fim de posteriormente modificá-la.

6 CONCLUSÃO

A BNCC tenta consolidar as conquistas das DCNEI para garantia dos direitos para as crianças e pensa um currículo construído através dos saberes das crianças juntamente com os já consolidados pela humanidade, mas ainda o vimos limitado quanto as necessidades educacionais do século XXI.

Na LDB, as finalidades propostas apresentam falhas. O educando não consegue seu desenvolvimento integral, a formação comum indispensável muitas vezes é defasada por falta de organização das instituições e do próprio sistema, impedindo-lhes de progredir em suas atividades intelectuais posteriores como adentrar na universidade.

A perspectiva atual da EF faz com que os alunos aprendam apenas executar gestos motores, gestos esses sem contextualização da realidade. E é notório esse descaso que tem como consequência a manutenção histórica de uma classe dominante no poder. O homem é um ser completo. Não podemos desconsiderar sua história nem sua cultura. Quando desconsideramos, negamos a capacidade humana de viver e modificar seu meio.

É na EI que devemos iniciar esse processo de assimilação. Por muito tempo a criança foi mal compreendida. Os adultos não sabiam qual a função dela na sociedade, mas hoje é sabido que a mesma tem um importante papel na construção das atividades cotidianas e é por meio delas que suas capacidades intelectuais e motoras são desenvolvidas e aperfeiçoadas, sendo assim, influenciando seu meio.

Os documento da educação brasileira de modo geral, mais se distanciam do que se aproximam do trato com as abordagens críticas voltadas para o ensino da EF na EI. Na verdade, sequer estão sendo trabalhados os conteúdos da EF. É lei, mas não está sendo cumprida. Nas mínimas instituições que trabalham, a EF ainda está vinculada ao desenvolvimentismo. Por esse fato, encontramos alunos que não sabem justificar/explicar os movimentos que realizam.

Tendo como ponto positivo diante disso, as OTM da EF do estado de Pernambuco propõem ciclos e atividades a serem realizadas de acordo com as capacidades dos alunos. Caso o trabalho seja contínuo e realizado pelos profissionais da área, certamente não iremos nos deparar com tantos problemas posteriores quando nos referimos à apreensão, compreensão e ação positiva.

No entanto, vimos que a situação vai muito além. Nas escolas públicas não existe professor de EF para a EI e os pedagogos, que sequer veem algo relacionado a EF na graduação, realizam brincadeiras quando acham cabível. Tornando assim, a área da Educação Física mal compreendida, pois as especificidades não são tratadas. Foi bem notória essa realidade no estágio supervisionado I – Educação Infantil. A pedagoga não sabia absolutamente nada sobre Educação Física e nos deixou bem claro isso ao apresentarmos o objetivo do estágio.

Após o período observacional, onde vimos aulas de letramento e brincadeiras, iniciamos nossas intervenções e notamos o quanto foi surpreendente para ela saber que Educação Física tem muitos conteúdos a serem tratados. Como outra consequência, as produções científicas que tratam da EF na EI são muito reduzidas e como pesquisadores sabemos o quão significativas são para aperfeiçoamento, evolução e resultados significativos.

Acreditamos que a Educação Física na Educação Infantil é o primeiro passo para termos uma Educação Física Escolar com qualidade. Se desde as primeiras séries possibilitarmos o trato com o conhecimento para estas crianças, provavelmente não sofreremos com tantas mazelas sociais futuramente, pois estes sujeitos tornar-se-ão atuantes, construtores e não meros reprodutores.

Por fim, percebemos uma base legal antiga e ultrapassada a qual precisa ser repensada para que as necessidades atuais possam ser supridas. Os sujeitos precisam iniciar seu processo de conscientização nas séries iniciais. O contato com as crianças da Educação Infantil no estágio supervisionado I, foi o ponto fundamental para perceber que precisamos mudar e mudar o mais rápido possível.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. A. **Caro professor**. Porto, Edições Asa, 2004. Disponível em: <<https://contadoresdestorias.wordpress.com/2012/02/19/caro-professor-rubem-alves/>> . Acesso em 21 abr. 2017.
- ARIES, P. **História Social da Criança e da Família**. 2º ed. Rio de Janeiro, 1981.
- A BASE nacional comum curricular. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2ª versão revisada, 2016. p. 44–52.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> .
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** (1990), lei n.8069, 13 de jul. de 1990.4 ed. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporte. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Vol. 1: Introdução. DF: MEC, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporte. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Vol. 2: Formação pessoal e social. DF: MEC, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporte. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Vol. 3: Conhecimento de mundo. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** .Brasília: MEC, SEB, 2010.
- CALDEIRA, L. B. O conceito de infância no decorrer da história. In.: PARANÁ. Secretaria de Educação do Paraná. **Dia-a-dia**: Portal Educacional do Estado do Paraná. Curitiba: CELEPAR, [200?] p. 1-8. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf>
- CAVALARO, A. G.; MULLER, V.R.; Educação Física na Educação Infantil: uma realidade almejada. **Educar**, Curitiba, n. 34, p. 241-250, 2009. Editora UFPR.
- CARVALHO, A. C. A. Educação física na educação infantil. IN: CONBRACE, 2009, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 1-43.

EDUCAÇÃO física. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2ª versão revisada, 2016. p. 99–111.

O ESTUDO do desenvolvimento humano: Períodos do ciclo vital. In: PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ARTMED, 2006. p. 51-54.

A ETAPA da educação infantil. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2ª versão revisada, 2016. p. 53–84.

FERREIRA, M. C. P. L.; FREITAS, R. A. M. M. O lugar da educação física na educação infantil. IN: EDIPE, n. IV, 2011, Goiás. Anais... Goiás: PUC-GO, 2011. p. 1-18.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5 ed. São Paulo, Atlas S.A., 2002.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Secretaria de Educação. **Orientações teórico - metodológicas– ensino fundamental: EDUCAÇÃO FÍSICA** .Recife : SEDE-PE, 2010.

PRINCÍPIOS da base nacional comum curricular e direitos de aprendizagem e desenvolvimento. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2ª versão revisada, 2016. p. 33–43.

SOARES, C. L. *et al.* **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo, Cortez, 1992.

SOBRE a construção de uma base nacional comum curricular para o Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2ª versão revisada, 2016. p. 24–32.

VIOTTO FILHO, I. A. T.; PONCE, R. F.; ALMEIDA, S. H. V. As compreensões do humano para Skinner, Piaget, Vygotski e Wallon: pequena introdução às teorias e suas implicações na escola. **Psic. da Ed.**, São Paulo, 29, p. 27-55. 2009